STJ00084056

ÍNDICE

Parte 1
DISPOSIÇÕES GERAIS

Capítulo 1 — **CONSTITUIÇÃO** 21
1. Conceito 21
2. Constituição: suas classificações 23
2.1. Quanto à origem 23
2.2. Quanto à mutabilidade 24
2.3. Quanto à forma 25
2.4. Quanto ao conteúdo 25
2.5. Quanto à sistemática 26
2.6. Quanto à ideologia 27
3. Elementos da Constituição 27
4. O Poder Constituinte 28
4.1. Introdução 28
4.2. A titularidade do Poder Constituinte 29
4.3. As características do Poder Constituinte 29
4.4. O Poder Constituinte Derivado 30
4.5. O Poder Constituinte Decorrente 33
4.5.1. Princípio da simetria 34
5. A recepção, a repristinação e a desconstitucionalização no direito constitucional 36
5.1. A recepção 36
5.2. A repristinação 37
5.3. A desconstitucionalização 38
6. A eficácia das normas constitucionais 38
6.1. A classificação de José Afonso da Silva 39
6.2. A classificação de Celso Ribeiro Bastos 42
6.3. A classificação de Maria Helena Diniz 43
7. O controle de constitucionalidade dos atos normativos 44
7.1. Introdução 44

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00084056

7.2. O controle preventivo 46
7.3. O controle repressivo 48
7.3.1. A via difusa 48
7.3.2. O controle concentrado 53
7.3.2.1. Ação direta de inconstitucionalidade — ADIn.. 57
7.3.2.2. Ação declaratória de constitucionalidade 72
7.3.2.3. Arguição de descumprimento de preceito fundamental 74
7.3.2.3.1. A inconstitucionalidade da arguição incidental 75
7.3.2.3.2. Preceito fundamental 76
7.3.2.3.3. A subsidiariedade 77
7.3.2.3.4. O processo e o julgamento 77
7.4. O controle constitucional da omissão 79
7.5. O controle de constitucionalidade de âmbito estadual 84
8. Os princípios constitucionais 86
9. A interpretação constitucional 90
9.1. Hermenêutica e interpretação: especificação terminológica.. 90
9.2. Interpretação: conceito 91
9.3. Interpretação: classificações 93
9.4. Alguns métodos de interpretação constitucional 98
9.4.1. Métodos de interpretação constitucional 99
9.4.1.1. O método jurídico 100
9.4.1.2. O método tópico 100
9.4.1.3. O método hermenêutico-concretizador 102
9.4.2. Os princípios de interpretação constitucional 104
9.4.2.1. O princípio da supremacia da Constituição 104
9.4.2.2. O princípio da força normativa da Constituição 105
9.4.2.3. O princípio da unidade da Constituição 105
9.4.2.4. O princípio do efeito integrador 106
9.4.2.5. O princípio da concordância prática, da harmonização ou da cedência recíproca 107
9.4.2.6. O princípio da máxima efetividade 107
9.4.2.7. O princípio da correção funcional 108
9.4.2.8. O princípio da coloquialidade 109
9.4.2.9. O princípio da interpretação intrínseca 109
9.4.2.10. O princípio da proporcionalidade 110

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00084056

10. Breve histórico das Constituições brasileiras 111
10.1. A Constituição Política do Império do Brasil 111
10.2. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 112
10.3. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 113
10.4. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937 114
10.5. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946 115
10.6. A Constituição de 1967 115

Parte 2
A ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO E SEU PREÂMBULO

Capítulo 1 — **A ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO** 119
1. A organização da Constituição 119

Parte 3
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Capítulo 1 — **PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS** 121
1. Estado democrático social de direito 121
2. Fundamentos do Estado brasileiro 123
3. O princípio republicano 124
4. O princípio da separação de poderes 125
5. Os objetivos fundamentais da República 126
6. As relações internacionais 126
6.1. Os princípios regentes das relações internacionais 127

Parte 4
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Capítulo 1 — **DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS** 129

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00084056

1. Conceitos básicos 129
1.1. Opção terminológica 129
1.2. Direitos e garantias 131
1.3. Direitos Fundamentais: conceito e classificações 132
1.3.1. O enfoque conteudístico 134
1.3.2. O enfoque jurídico positivo 136
1.3.3. O enfoque evolutivo cumulativo 137
1.4. Características intrínsecas dos Direitos Fundamentais 140
1.5. Características extrínsecas dos Direitos Fundamentais 148
1.6. Direitos Fundamentais dispersos na Constituição 148
1.7. Destinatários dos direitos fundamentais 149
1.8. As garantias institucionais 150
1.9. Divisão dos direitos e garantias fundamentais no texto constitucional 150
1.10. Direitos fundamentais e tratados internacionais: noções introdutórias 151
1.11. A violação a direitos humanos e o incidente de deslocamento de foro 152
2. Os direitos individuais e coletivos 153
2.1. Princípio da isonomia 153
2.1.1. A discriminação positiva 156
2.2. Princípio da legalidade 156
2.2.1. O princípio da estrita legalidade 157
2.2.2. O princípio da reserva legal 158
2.3. Direito à vida 161
2.4. Proibição da tortura 161
2.5. Direito de opinião 162
2.5.1. Direito de escusa de consciência 163
2.6. Liberdade de crença religiosa 164
2.7. Direito de expressão 165
2.8. Direito de informação 166
2.9. Direito de antena 167
2.10. Direito de informação jornalística 168
2.11. Direito de resposta 170
2.12. Direito de informação pública 172
2.13. Direito de intimidade e direito de privacidade 173
2.13.1. Sigilo bancário e fiscal 174
2.14. Direito à honra 176
2.15. Direito à imagem 177
2.16. Inviolabilidade de domicílio 178

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.17. Inviolabilidade das comunicações 180
2.18. Liberdade de profissão 184
2.19. Direito de locomoção 184
2.20. Direito de reunião 186
2.21. Direito de associação 188
2.22. Direito de propriedade 190
2.22.1. Propriedade pública 191
2.22.2. Propriedade privada 191
2.22.3. Propriedade rural 193
2.22.4. Bem de família 193
2.22.5. A usucapião constitucional 193
2.22.6. A usucapião especial coletiva 194
2.22.7. Propriedade intelectual 196
2.23. Defesa do consumidor 197
2.24. Direito de petição 198
2.25. Direito de certidão 199
2.26. Princípio da inafastabilidade da jurisdição 200
2.27. Limites à retroatividade da lei 202
2.28. Princípio do juiz natural 204
2.29. Princípio do devido processo legal 205
2.30. Princípio da presunção de inocência 207
2.31. Pressupostos constitucionais para a privação da liberdade. 207
2.32. A garantia constitucional do júri 209
2.33. Princípio da não extradição 209
2.34. Proibição da prisão civil 211
3. Remédios constitucionais 213
3.1. Mandado de segurança 213
3.1.1. Procedimento do mandado de segurança 219
3.2. Mandado de segurança coletivo 220
3.3. *Habeas corpus* 224
3.4. Mandado de injunção 226
3.5. *Habeas data* 230
3.6. Ação popular 234
4. Direitos fundamentais, tratados internacionais e forma de incorporação 237

Capítulo 2 — **DIREITOS SOCIAIS** 241
1. Introdução 241
2. Direitos sociais individuais 242

W BDJur http://bdjur.stj.gov.br

STJ00084056

3. Direitos sociais coletivos 247
3.1. A liberdade de associação profissional ou sindical 247
3.2. Direito de greve 248
3.3. Direito de representação 250

Capítulo 3 — **NACIONALIDADE** 251
1. Nacionalidade 251
2. A nacionalidade originária 252
2.1. A nacionalidade originária na Constituição Federal 253
3. Nacionalidade adquirida 258
3.1. A nacionalidade adquirida na Constituição Federal 258
3.2. O português equiparado 261
4. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados 262
5. A perda da nacionalidade brasileira 262

Capítulo 4 — **DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS** 263
1. Direitos políticos 263
2. Direito de sufrágio 263
2.1. Natureza e conceito 263
2.2. Plebiscito, referendo e iniciativa popular 264
2.3. Características 265
2.4. Direito de votar 266
2.5. Direito de ser votado 266
3. As inelegibilidades 267
3.1. As inelegibilidades absolutas 268
3.2. As inelegibilidades relativas 269
3.2.1. A inelegibilidade garantidora da alternância do poder, também denominada inelegibilidade funcional 269
3.2.2. A inelegibilidade por parentesco ou reflexa 270
3.2.3. Inelegibilidade — hipóteses complementares 272
4. Sistemas eleitorais 272
5. Perda e suspensão dos direitos políticos 275
6. O princípio da anualidade 276
7. Partidos políticos 278

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00084056

Parte 5
DIVISÃO ESPACIAL DO PODER

Capítulo 1 — **TEORIA GERAL** 281
1. Introdução 281
2. As formas de Estado 282
2.1. Estado Unitário 282
2.2. Estado Federal 283
2.2.1. Repartição constitucional de competências e rendas 285
2.2.2. Possibilidade de auto-organização por uma Constituição própria 288
2.2.3. Rigidez constitucional 289
2.2.4. Indissolubilidade do vínculo 289
2.2.5. Participação da vontade das ordens parciais na elaboração da norma geral 290
2.2.6. Existência de um tribunal constitucional 291
2.2.7. Intervenção federal nos Estados 292

Capítulo 2 — **O FEDERALISMO BRASILEIRO** 293
1. Introdução 293
2. Requisitos caracterizadores do Estado Federal aplicados ao direito constitucional positivo brasileiro 295
2.1. Repartição constitucional de competências 295
2.2. Repartição constitucional de rendas 302
2.3. Constituições Estaduais 302
2.4. Rigidez constitucional 303
2.5. Indissolubilidade do pacto federativo 303
2.6. Representação pelo Senado Federal 303
2.7. O Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição. 304
2.8. Intervenção federal nos Estados-membros 304

Capítulo 3 — **A UNIÃO FEDERAL** 305
1. Perfil constitucional 305
2. Bens da União 305
2.1. Terras devolutas 306

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00084056

2.2. Mar territorial 307
2.3. Plataforma continental e zona econômica exclusiva 307
2.4. Terrenos de marinha 308
3. Competências da União 309

Capítulo 4 — **OS ESTADOS FEDERADOS** 312
1. Autonomia 312
1.1. Capacidade de auto-organização 312
1.2. Capacidade de autogoverno 314
1.3. Capacidade de autoadministração 314
1.4. Capacidade legislativa 315
2. Bens dos Estados-membros 317
3. Criação de Estados-membros 317
4. O Poder Executivo 318
5. O Poder Legislativo 318
6. O Poder Judiciário 319
7. Regiões metropolitanas 320

Capítulo 5 — **OS MUNICÍPIOS** 321
1. Natureza jurídica 321
2. A criação dos Municípios 321
3. A auto-organização 322
4. Competências 327
5. A fiscalização financeira do Município 328

Capítulo 6 — **O DISTRITO FEDERAL E OS TERRITÓRIOS** 330
1. Distrito Federal 330
2. Territórios 331

Capítulo 7 — **INTERVENÇÃO** 332
1. Intervenção federal 332
2. Intervenção estadual 336

W BDJur http://bdjur.stj.gov.br

STJ00084056

Parte 6
DIVISÃO ORGÂNICA DO PODER

Capítulo 1 — **TEORIA GERAL** 339
1. As funções do Estado 339
2. A independência e a harmonia entre os Poderes 340
3. Funções típicas e atípicas 343

Capítulo 2 — **REGIMES DE GOVERNO** 345
1. Formas de governo 345
2. Parlamentarismo 345
3. Presidencialismo 346

Capítulo 3 — **O PODER EXECUTIVO** 348
1. Chefia de Estado e chefia de governo 348
2. Funções do Poder Executivo 348
3. O Presidente da República 351
4. O Vice-Presidente 351
5. Os Ministros de Estado 352
6. Conselho da República 353
7. Conselho de Defesa Nacional 353

Capítulo 4 — **A RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DE OUTRAS AUTORIDADES FEDERAIS (A INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA)** 354
1. Introdução 354
2. Conceito 354
3. Crimes de responsabilidade 355
4. As autoridades passíveis de *impeachment* 355
5. Os crimes comuns do Presidente da República 356
5.1. A imunidade penal temporária 357

Capítulo 5 — **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** 358
1. Introdução 358

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00084056

2. Princípios constitucionais da Administração Pública 358
2.1. Princípio da legalidade..... 358
2.2. Princípio da moralidade 360
2.3. Princípio da impessoalidade 363
2.4. Princípio da publicidade 365
2.5. Princípio da eficiência..... 366
2.6. Princípios constitucionais implícitos 367
3. Agentes e cargos públicos 368
3.1. Igual acessibilidade aos cargos públicos 368
3.2. Contratos de gestão..... 371
3.3. Associação sindical 372
3.4. Direito de greve..... 372
3.5. Pessoas com deficiência..... 373
3.6. Improbidade 374
4. Servidores públicos 374
5. Militares 375

Capítulo 6 — **O PODER LEGISLATIVO** 377
1. Estrutura 377
1.1. Câmara dos Deputados 377
1.2. Senado Federal..... 378
1.3. Mesas Diretoras 378
1.4. Comissões parlamentares..... 379
2. Funcionamento..... 381
3. Garantias parlamentares..... 384
4. Processo legislativo ordinário 387
4.1. Iniciativa 388
4.2. Discussão 391
4.3. Deliberação 391
4.4. Sanção ou veto 393
4.5. Promulgação 394
4.6. Publicação..... 394
5. As espécies normativas 395
5.1. Emenda constitucional..... 395
5.2. Lei complementar 397
5.3. Lei ordinária..... 397
5.4. Medida provisória 398

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00084056

5.5. Lei delegada 401
5.6. Decreto legislativo 402
5.7. Resolução 404
6. A função fiscalizatória 404

Capítulo 7 — **O PODER JUDICIÁRIO** 407
1. Jurisdição 407
2. Estatuto da Magistratura 408
3. Garantias 409
3.1. Vedações 413
4. Órgãos do Poder Judiciário 413
4.1. Conselho Nacional de Justiça 415
4.2. Supremo Tribunal Federal 417
4.2.1. Súmulas vinculantes 419
4.3. Superior Tribunal de Justiça 420
4.4. Tribunais Regionais Federais e juízes federais 422
4.5. Tribunais e juízes dos Estados 424
4.5.1. Varas agrárias 424
4.6. Tribunais e juízes do trabalho 425
4.7. Tribunais e juízes eleitorais 427
4.8. Tribunais e juízes militares 428
5. Precatórios judiciais 428

Capítulo 8 — **O PERFIL CONSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO** 434
1. Termo 434
2. Origens históricas 434
3. O Ministério Público na Constituição de 1988 435
3.1. O Ministério Público de Contas 436
3.2. Princípios institucionais 437
3.3. Autonomia 439
3.4. Garantias e vedações 440
3.5. O princípio do promotor natural 441
3.6. O Chefe do Ministério Público 442
3.7. Funções institucionais do Ministério Público 442

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.8. Conselho Nacional do Ministério Público 445

Capítulo 9 — **A ADVOCACIA** 447
1. Disposições gerais 447

Parte 7
A DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Capítulo 1 — **O ESTADO DE DEFESA E O ESTADO DE SÍTIO** 451
1. Introdução 451
2. O estado de defesa 453
3. O estado de sítio 454
4. Disposições comuns 456

Capítulo 2 — **DAS FORÇAS ARMADAS** 457
1. Disposições gerais 457

Capítulo 3 — **DA SEGURANÇA PÚBLICA** 459
1. Introdução 459
2. Polícias da União 460
3. Polícias estaduais 460
4. Guardas municipais 461

Parte 8
TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO

Capítulo 1 — **SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO** 463
1. Os tributos e suas espécies 463
2. Capacidade contributiva 464

W BDJur http://bdjur.stj.gov.br

3. Lei complementar 466
4. Empréstimos compulsórios 467
5. Contribuições sociais 468

Capítulo 2 — **DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR** 469
1. Introdução 469
2. Princípio da legalidade 469
3. Princípio da igualdade tributária 470
4. Princípio da irretroatividade da lei tributária 470
5. Princípio da anterioridade 471
6. Princípio da proibição de tributos com efeito confiscatório 473
7. Princípio da proibição de limites ao tráfego de pessoas ou bens. 473
8. Princípio da uniformidade 473
9. Princípio da não discriminação tributária, em razão da procedência ou destino dos bens 473
10. As imunidades tributárias 474

Capítulo 3 — **DOS IMPOSTOS** 475
1. Impostos da União 475
2. Impostos dos Estados e do Distrito Federal 475
3. Impostos dos Municípios 476

Capítulo 4 — **REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS** 477
1. Disposições gerais 477

Capítulo 5 — **FINANÇAS E ORÇAMENTO** 480
1. Normas gerais 480
2. Orçamento 481
2.1. Orçamento anual 481
2.1.1. As categorias de programação 483
2.1.2. Princípios orçamentários 483
2.2. Lei de diretrizes orçamentárias 486
2.3. Plano plurianual 486
2.4. Processo legislativo das leis orçamentárias 487
3. Emenda Constitucional n. 56/2007 489

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00084056

Parte 9
ORDEM CONSTITUCIONAL ECONÔMICA

Capítulo 1 — **A ORDEM ECONÔMICA** 491
1. A constitucionalização da economia 491
2. Fundamentos da ordem econômica 492
2.1. Livre iniciativa 492
2.2. Valor social do trabalho humano 494
3. Princípios da ordem econômica 494
3.1. Soberania nacional 495
3.2. Propriedade privada e função social da propriedade 495
3.3. Livre concorrência 496
3.4. Defesa do consumidor 497
3.5. Defesa do meio ambiente 498
3.6. Redução das desigualdades sociais e regionais 498
3.7. Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte . 498
4. Intervenção estatal na economia 499
4.1. O Estado como agente econômico 499
4.2. O Estado como agente normativo e regulador da economia. 501
4.2.1. A função de fiscalização 502
4.2.2. A função de incentivo 502
4.2.3. A função de planejamento 503

Capítulo 2 — **DA POLÍTICA URBANA** 504

Capítulo 3 — **DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA** 506
1. Fundamentos da política agrícola e fundiária 506
2. A função social da propriedade rural 506
3. O planejamento agrícola 507
4. A reforma agrária 508

Parte 10
ORDEM CONSTITUCIONAL SOCIAL

Capítulo 1 — **A ORDEM SOCIAL** 509

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00084056

1. Princípios gerais 509
2. Seguridade social 510
2.1. A saúde 511
2.1.1. O princípio do acesso universal e igualitário 512
2.1.2. O Sistema Único de Saúde 512
2.1.3. O fornecimento de remédios 514
2.2. A previdência social 515
2.3. A assistência social 515
3. A educação na Constituição Federal 516
3.1. A educação e sua organização jurídica 517
3.2. Educação e princípios informativos 519
3.3. A iniciativa privada 522
3.4. Receitas vinculadas 522
4. Desporto 526
5. Direito à cultura 528
5.1. Patrimônio cultural e meio ambiente cultural 529
6. A proteção das pessoas portadoras de deficiência 530
7. O regramento da comunicação social 534
8. A proteção constitucional do meio ambiente 539
9. A proteção da família, da criança, do adolescente e do idoso 544
10. A proteção constitucional dos índios 547

Bibliografia 551
Índice alfabético-remissivo 563

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br